

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Caixa-preta de Itaipu I

O Novo pediu um estudo da consultoria da Câmara dos Deputados para analisar os convênios e patrocínios de Itaipu Binacional destinados a programas e projetos do governo federal. A estatal financiou R\$ 1,42 bilhão da COP30, no Pará, por meio de convênios, além da reforma da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), de acordo com a análise. “O Lula fez um discurso num dia: ‘Nós vamos reconstruir a Unila’. E, no outro dia, eles estavam fazendo o convênio. Que tipo de governança a empresa tem para estabelecer esse tipo de critério?”, indagou um dos consultores.

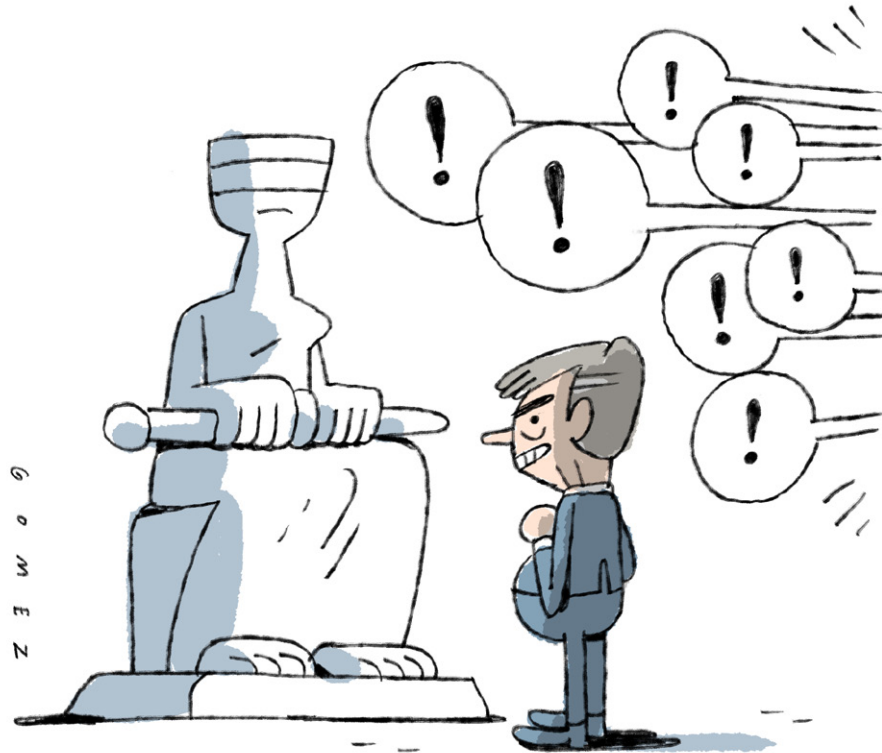
Caixa-preta de Itaipu II

A líder do partido Novo na Câmara, Adriana Ventura (SP), defende que o dinheiro da estatal deveria ser usado para ajudar a região de Itaipu ou, até mesmo, para baratear as contas de luz. Mas está longe dessa finalidade. “A gente está vendo mandar dinheiro para o Pará, fazer um monte de coisa. É o grande orçamento secreto do governo”, acusou. A consultoria indicou que os recursos da estatal financiaram, ainda, o evento da primeira-dama Janja, no G20, e uma ONG ligada ao MST.

O governo que se prepare

Depois desse estudo, o Novo preparou um pacote “Itaipu Transparente”, para que o Tribunal de Contas da União (TCU) possa fiscalizar a estatal. E vai bater bumbo sobre o tema, no plenário da Câmara, nos próximos dias. A proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pela legenda alcançou as assinaturas em menos de 48 horas.

Julguem, mas não prendam



Com o olhar voltado para as eleições de 2026, os políticos acompanham o julgamento de Jair Bolsonaro com a calculadora de cenários nas mãos. Avaliam que o pior, para quem não é bolsonarista raiz, é a prisão do ex-presidente. Essa perspectiva jogará a campanha de 2026 na vala do “Bolsonaro livre”. Deixará tudo o mais em segundo plano e, de quebra, acirrará o movimento dos aliados do capitão contra o Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o Senado, já está definido como bandeira de campanha entre os bolsonaristas a instalação de um processo de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso contra Bolsonaro e outros suspeitos de tentativa de golpe de Estado. Se ele for preso, vai virar a principal plataforma eleitoral dos candidatos ligados ao ex-presidente.

Lewandowski atenderá os governadores

Interessado em aprovar a proposta para a segurança pública, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, acena com mudanças no texto para que as unidades da Federação não percam a autonomia e o comando das forças policiais. Ele quer enviar o projeto ao Congresso em breve. “A ideia é que, quando o presidente Lula voltar da viagem à Ásia, junto com os presidentes Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), que se faça uma reunião para definir a melhor data”, disse à coluna, ao participar de evento do PP sobre o tema.

CURTIDAS

Enquanto isso, no Japão.../ Lula foi disposto não só a abrir mercado, mas a buscar parceiros na economia sustentável, conceito que o novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem deixado de lado nesses primeiros meses de governo.

Por falar em Trump.../ A forma como o presidente norte-americano vem agindo em relação à Europa e à Ásia foi tratada no fórum do **Correio**, sobre cenários dos investimentos estrangeiros no agro, como uma oportunidade para o Brasil. “Tivemos essa janela na pandemia e, agora, com o governo Trump, o mundo está passando por uma nova mudança. É hora de o Brasil ocupar mais espaço lá fora”, comentou o ex-senador Romero Jucá.

Sinais de Ratinho Jr./ O governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), está pronto para uma candidatura presidencial, caso seja chamado. Durante almoço-debate do Lide Brasília, mostrou todo o portfólio de seus seis anos de governo no estado, uma espécie de preâmbulo do que pode ser sua campanha ao Planalto, no ano que vem. Foi um evento suprapartidário, com a presença do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e da vice, Celina Leão (PP), além do presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP). “Tem bons nomes e o seu (Ratinho) é um que agrada a toda classe empresarial e política. Acredito que não terá problemas em ter apoio dos partidos”, disse Ibaneis.

Apoio ele tem/ O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, mandou um vídeo ressaltando as qualidades do governador paranaense, que se coloca desde já como um “soldado do partido”, que fará “o que Kassab definir. Comandante do Lide Brasília, o empresário Paulo Octávio é direto: “Se o PSD lançar candidato, em 2026, com certeza será o Ratinho (foto)”, afirmou.



Eduarda Esposito/CPDA press

TRAMA GOLPISTA

Ministros rebatem manobras

Advogados de Bolsonaro e dos outros sete denunciados apelam a questões regimentais — como tentativas de desqualificação de ministros e da turma para julgar o processo — a fim de evitar que seus clientes se tornem réus ao fim da sessão de hoje

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

A estratégia dos advogados dos acusados de fazerem parte do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado se concentrou em questões regimentais, na sustentação oral, ontem, diante dos integrantes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). As defesas tentaram várias manobras, que incluíram a desqualificação de três ministros do colegiado (Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin), a anulação da delação do tenente-coronel Mauro Cid (ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro) e argumentação de que a turma era incompetente para julgar o caso, que deveria passar ao plenário do STF. As alegações, porém, foram rejeitadas pelos ministros.

Os defensores até reconheceram a gravidade da denúncia e dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depreciação das sedes dos Três Poderes. Mas negaram qualquer participação dos citados. Para eles, a trama detalhada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) tem inconsistências e lacunas. Assim, tentaram convencer os ministros disso, na tentativa de que seus clientes não virem réus, a partir do fim da sessão de hoje.

O advogado Celso Vilardi, que representa Jair Bolsonaro, foi enfático ao classificar os ataques golpistas como uma tentativa de criar um cenário de caos institucional, para justificar uma intervenção militar via Garantia da Lei e da Ordem (GLO). E que, por isso, o ex-presidente não teve envolvimento na trama.

Vilardi afirmou que Bolsonaro “é o presidente mais investigado da história do país” e que, por ora, “não se achou absolutamente nada” contra ele. Citou, também, a minuta golpista encontrada na sede do PL, partido do ex-presidente.

“Houve quebra de sigilo de dados armazenados em nuvem, mas, em relação ao presidente, absolutamente nada foi encontrado. A suposta ‘descoberta’ de um documento no Partido Liberal refere-se apenas a uma ata. Em relação a Jair Bolsonaro, não se encontrou absolutamente nada”, enfatizou. Vilardi ainda solicitou a aplicação do juiz de garantias (que supervisiona a legalidade das investigações e assegura os direitos dos eventuais réus) para o processo.

Após as sustentações, foram apresentados pedidos preliminares, que foram debatidos e votados pela turma. Solicitaram, mais uma vez, que se declarasse Moraes, Dino e Zanin impedidos de atuar no julgamento. As argumentações foram as seguintes: Moraes deve ser considerado suspeito para julgar a denúncia, pois seria um dos alvos da tentativa de golpe; tanto Dino quanto Zanin tinham de ser afastados porque moveram ações na Justiça contra o ex-presidente.

As defesas dos denunciados questionaram a competência do STF para processar e julgar os denunciados. Alegaram que os oito não têm foro por prerrogativa de função e, por isso, o processo contra eles deveria baixar à primeira instância da Justiça. O ministro Moraes, relator do caso, lembrou que a Corte reafirmou sua competência para processar e julgar ações relacionadas ao 8 de Janeiro, independentemente do foro dos acusados.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Vilardi (E, acompanhado de Fabio Wajngarten) chegou a pedir a adoção do juiz de garantias para o processo

Transferência

Os advogados pediram o julgamento no plenário do STF e não naquele colegiado. Desde 2023, segundo o regimento interno do Supremo, ações penais vão para as turmas, a fim de desafogar o plenário e deixá-lo livre para decidir controvérsias constitucionais. O ministro Luiz Fux, porém, votou pela transferência do julgamento para os 11 magistrados — foi voto vencido.

“Essa matéria não é tão pacífica assim. Foi mudada e remudada. Depois da mudança do regimento, dias atrás, fui vencido. Ou estamos julgando pessoas que têm prerrogativa e o local correto seria o plenário do Supremo”, argumentou.

As defesas também alegaram que o julgamento na turma suprime o chamado “duplo grau de jurisdição” — a possibilidade de revisão das decisões pelos 11 do STF.

A defesa do general Augusto Heleno, por sua vez, questionou a divisão do processo. Alegou que o julgamento não poderia ser fatiado — as análises foram divididas conforme os cinco núcleos da denúncia da PGR — e que a ramificação poderia gerar sentenças antagônicas. Mas, para os ministros, a fragmentação não prejudica as defesas e, também, não há risco de divergências nas sentenças, pois o órgão julgador é o mesmo — a Primeira Turma.

Já a defesa do general Walter Braga Netto alegou que a investigação do golpe é irregular porque foi

aberta com base no inquérito das milícias digitais — instaurado de ofício por Moraes a partir do compartilhamento de provas de outro inquérito, o dos atos antidemocráticos, arquivado por iniciativa da PGR. Os ministros, porém, defenderam que compete ao próprio STF definir os termos de um eventual desmembramento das investigações em tramitação na Corte.

Também foi pedida a nulidade do acordo de colaboração premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, sob o argumento de que o militar foi ajustando o depoimento àquilo que pretendiam os investigadores.

Todos os pedidos foram rejeitados pelos cinco ministros. (Com Agência Estado)

Alegações

“Não há um único elemento, nem da delação. Aí me criticam, porque digo que a delação não vale nada. Nem o delator que o acusou fez qualquer relação dele com o 8 de Janeiro”

Celso Vilardi, advogado de Jair Bolsonaro

A peça exordial é baseada em um acordo de colaboração premiada viciado. Com todo respeito, mentiroso”

José Luís Mendes de Oliveira Lima, advogado do general Walter Braga Netto

Contra o almirante (Almir) Garnier só há ‘invenções’. Não precisa mergulhar na prova para isso, não. Isso está nas contradições da própria denúncia”

Demóstenes Torres, advogado do almirante Almir Garnier

“O processo criminal é o que há de mais sério nesse mundo. Tudo nele deve ser claro, como a luz. Nada de ampliável, nada de suposto, nada de ilação”

Andrew Fernandes Farias, advogado do ex-ministro da Defesa Paulo Sergio Nogueira

“Me recordo muito de uma série em que cientistas vão construindo provas para provar que a Terra é plana. É o que está acontecendo. É o terraplanismo argumentativo”

Mathues Mayer Milanez, advogado de Augusto Heleno